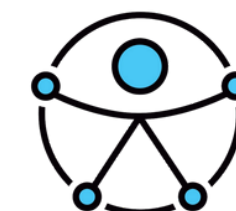


PLANO DE AÇÃO

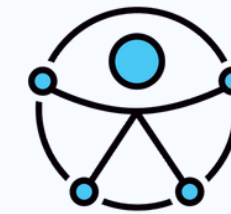
**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
DO PODER JUDICIÁRIO DO ACRE**

2026



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Tribunal de Justiça
Biênio 2025- 2027



PRESIDENTE

Desembargador Laudivon Nogueira

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO PODER JUDICIÁRIO COMPOSIÇÃO

Juíza de direito Zenice Mota Cardozo - Coordenadora

Dala Maria Castelo Nogueira – Membro

Natacha Salomão das Chagas Almeida – Membro

Jener Pontes de Oliveira – Membro

Elaine Cristina Pereira da Silveira Miranda – Membro

Evandro Araújo de Aquino – Membro

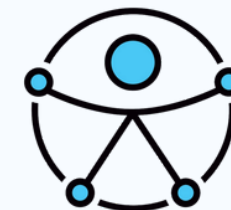
Ana Lúcia Cunha e Silva – Membro

Valcilda Bezerra de Amorim – Membro

Charles Francisco Dantas dos Anjos – Membro

Mirlene Taumaturgo dos Santos – Membro

Adalcilene Pinheiro Araripe - Secretária



ELABORAÇÃO

Elaine Cristina Silveira Miranda – Chefe da DIASU
Evandro Araújo de Aquino – Subsecretário da SUESS

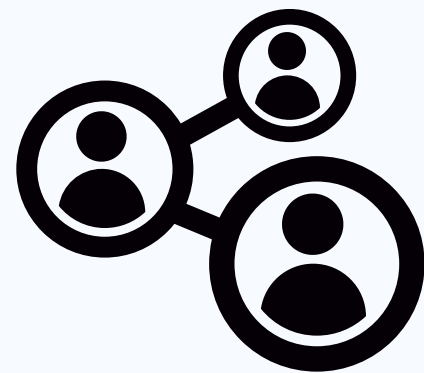
REVISÃO E APROVAÇÃO

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - COPAI

DIAGRAMAÇÃO

Ana Marina Coelho Felício da Silva

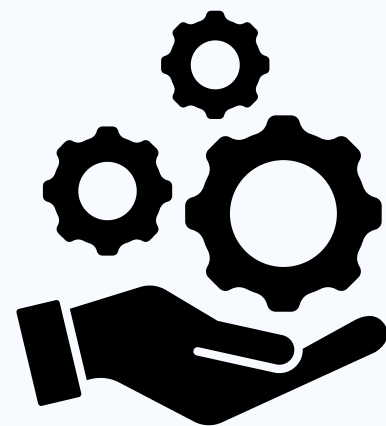
SUMÁRIO



**CONSIDERAÇÕES
INICIAIS**

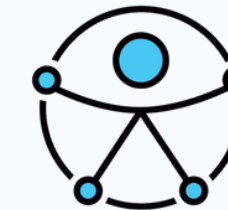


AÇÕES PLANEJADAS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS



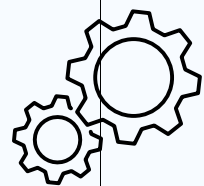
O Plano de Ação 2026, proposto pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Acre, consolida medidas estratégicas para fortalecer a política de acessibilidade e inclusão do TJAC, alinhadas à *Resolução CNJ nº 401/2021* e aos princípios constitucionais, visando *transformar ambientes físicos, digitais e organizacionais e ampliar a participação de todas as pessoas*.

As ações iniciais priorizam o fortalecimento da governança e do monitoramento, com atualização do Plano, acompanhamento sistemático e diagnóstico das condições arquitetônicas, garantindo planejamento, transparência e alinhamento institucional.

O Plano prevê proposições de possíveis adequações em postos de trabalho, mapeamento de necessidades de servidores com deficiência e capacitações contínuas, incluindo Libras, promovendo ambiente organizacional mais inclusivo e acessível.

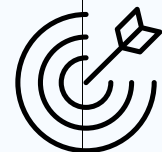
São previstas ainda, ações de engajamento e articulação social, como o projeto “TJAC de Portas Abertas”, participação em conselhos e visitas aos PIDs, reforçando o compromisso com diálogo social e com a construção de um Judiciário mais democrático e inclusivo.

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 1

Atualizar e publicar o Plano de Ação de Acessibilidade no Portal da Transparência.



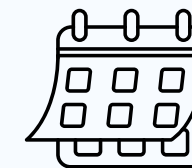
OBJETIVO

Promover transparência ativa e reforçar o compromisso do TJAC com a inclusão, garantindo que as ações de acessibilidade estejam publicadas de forma clara, acessível e alinhadas às diretrizes da Resolução CNJ nº 401/2021.



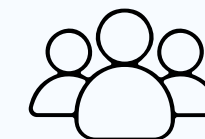
META

1. Publicar o Plano de Ação até 15/03/2026;
2. Garantir que o documento esteja em formato acessível (PDF pesquisável);
3. Manter atualização anual registrada.



CRONOGRAMA

01/01/26 a 15/03/26



UNIDADES ENVOLVIDAS

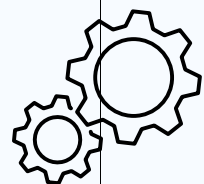
DIASU E SUTOR



RECURSOS ENVOLVIDAS

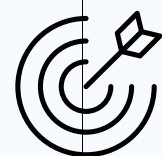
Sem custos

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 2

Criar rotina de Monitoramento do Plano (reuniões e evidências).



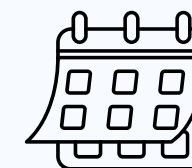
OBJETIVO

Garantir acompanhamento contínuo do Plano de Ação.



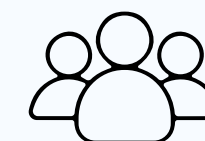
META

1. Realizar pelo menos 4 reuniões trimestrais da COPAI em 2026;
2. Produzir ata ou relatório sintético de cada reunião;
3. Consolidar relatório semestral de acompanhamento;
4. Disponibilizar evidências para fins de auditoria interna e CNJ.



CRONOGRAMA

Trimestralmente 2026



UNIDADES ENVOLVIDAS

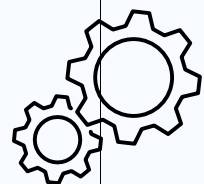
COPAI



RECURSOS ENVOLVIDAS

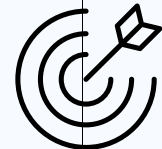
Sem custos

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 3

Avaliar o diagnóstico de acessibilidade arquitetônica dos prédios do TJAC e sugerir possíveis modificações.



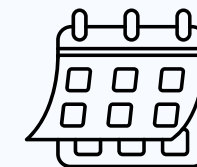
OBJETIVO

Identificar barreiras e priorizar intervenções.



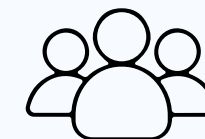
META

1. Realizar visita técnica em pelo menos 50% das unidades prioritárias;
2. Elaborar relatório, classificando intervenções por grau de urgência;
3. Encaminhar relatório à Administração Superior até 31/07/2026.



CRONOGRAMA

01/02/26 a 31/07/26



UNIDADES ENVOLVIDAS

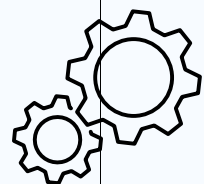
SEINF, DIASU E COPAI



RECURSOS ENVOLVIDAS

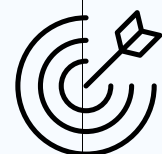
A definir

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



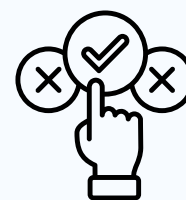
AÇÃO 4

Sugerir capacitação em audiodescrição e práticas de acessibilidade comunicacional para comunicação institucional e eventos oficiais.



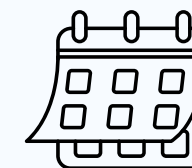
OBJETIVO

Garantir acessibilidade para pessoas com deficiência visual e assegurar que eventos, solenidades e atos oficiais do TJAC sejam realizados em conformidade com a Resolução CNJ nº 401/2021.



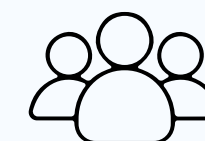
META

1. Realizar ao menos 1 curso/oficina em 2026;
2. Capacitar pelo menos 08 servidores das áreas de comunicação e cerimonial;
3. Elaborar checklist institucional de eventos acessíveis.



CRONOGRAMA

01/02/26 a 31/07/26



UNIDADES ENVOLVIDAS

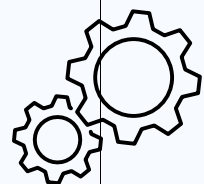
ESJUD, SECOM, ASPEC, DIASU E COPAI



RECURSOS ENVOLVIDAS

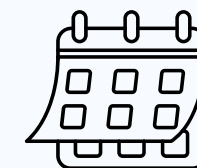
A definir

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 5

Solicitar, junto à SEGEP, atualização do cadastro de PcD e necessidades de adaptação no quadro funcional e desenvolver campanha interna informativa para identificação no crachá.



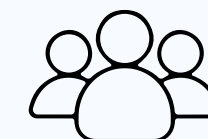
CRONOGRAMA

01/02/26 a 31/05/26



OBJETIVO

Mapear demandas, garantir suporte adequado e efetuar compra de cordões de identificação.



UNIDADES ENVOLVIDAS

SEGEP, SEGOV E SELGA



META

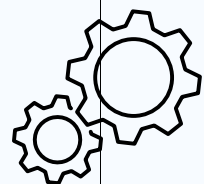
1. Atualizar 100% do cadastro funcional de PcD;
2. Realizar campanha interna de sensibilização;
3. Disponibilizar cordões de identificação para servidores que optarem;
4. Consolidar relatório interno de necessidades de adaptação.



RECURSOS ENVOLVIDAS

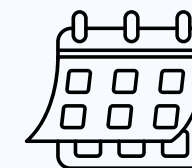
A definir

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 6

Avaliar e Propor a adequação de postos de trabalho conforme necessidades (mobiliário/tecnologia assistiva) e monitorar as adequações.



CRONOGRAMA

01/02/26 a 31/05/26



OBJETIVO

Assegurar inclusão e desempenho funcional.



UNIDADES ENVOLVIDAS

SEGEPI, SEGOV, SEINF



META

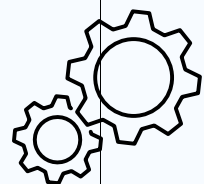
1. Realizar escuta individual de todos os servidores PcD cadastrados;
2. Elaborar plano individual de adequação;
3. Implementar ao menos 50% das adaptações prioritárias em 2026;
4. Monitorar as adequações executadas.



RECURSOS ENVOLVIDAS

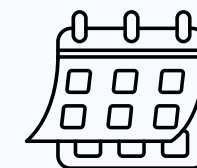
A definir

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 7

Propor cursos e palestras sobre acessibilidade e anticapacitismo, inclusive com formadores PCDs.



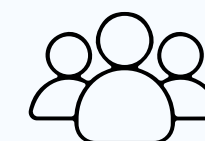
CRONOGRAMA

01/02/26 a 31/12/26



OBJETIVO

Melhorar atendimento e atender aos critérios do Prêmio CNJ.



UNIDADES ENVOLVIDAS

ESJUD, COPAI



META

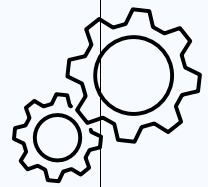
1. Realizar pelo menos 3 ações formativas em 2026;
2. Incluir pelo menos 1 formador(a) PcD;
3. Capacitar ao menos 150 servidores, e 07 magistrados, no total.



RECURSOS ENVOLVIDAS

A definir

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 8

Propor à ESJUD a oferta de curso básico em Libras.



CRONOGRAMA

01/02/26 a 31/12/26



OBJETIVO

Ampliar comunicação inclusiva com pessoas surdas.



UNIDADES ENVOLVIDAS

ESJUD E SEGOV



META

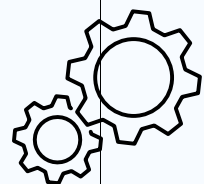
1. Ofertar ao menos 1 turma em 2026;
2. Garantir carga horária mínima de 20h;
3. Priorizar servidores de atendimento ao público;
4. Certificar participantes.



RECURSOS ENVOLVIDAS

A definir

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 9

Realizar a 2ª Edição do “TJAC de Portas Abertas: Inclusão em Foco”.



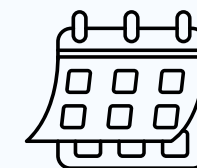
OBJETIVO

Fortalecer o diálogo institucional com associações e organizações representativas de pessoas com deficiência, valorizar o protagonismo social dessas entidades e reafirmar o compromisso do TJAC com o modelo social da deficiência e com a inclusão.



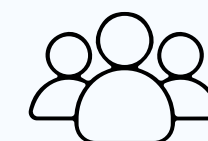
META

1. Realizar 1 edição do evento em 2026;
2. Convidar ao menos 4 associações representativas;
3. Garantir recursos de acessibilidade (Libras, material acessível);
4. Produzir relatório e registro fotográfico.



CRONOGRAMA

01/02/26 a 31/12/26



UNIDADES ENVOLVIDAS

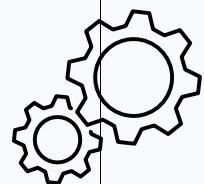
COPAI, SEGOV, ASPEC E SECOM



RECURSOS ENVOLVIDAS

A definir

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 10

Participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Acre – CONED/AC, e propor parcerias institucionais.



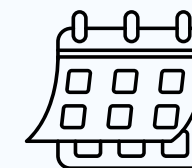
OBJETIVO

Fortalecer o diálogo interinstitucional, ampliar a participação social e promover ações conjuntas voltadas à inclusão e à acessibilidade no âmbito do TJAC.



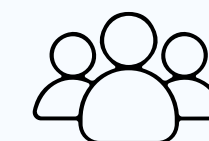
META

1. Participar de no mínimo 25% das reuniões do calendário anual;
2. Apresentar ao menos 1 proposta de parceria institucional;
3. Registrar participação em ata interna.



CRONOGRAMA

Conforme Calendário do Conselho



UNIDADES ENVOLVIDAS

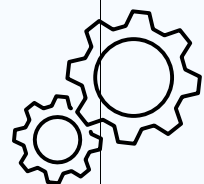
COPAI



RECURSOS ENVOLVIDAS

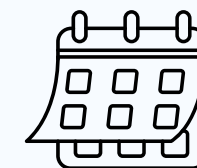
Sem custos

PLANO DE AÇÃO DE ACESSIBILIDADE TJAC 2026



AÇÃO 11

Realizar visitas aos PIDs e verificar a existência de pessoas com deficiência nos locais, promovendo ações de inclusão social.



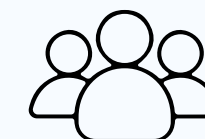
CRONOGRAMA

01/02/26 a 31/12/26



OBJETIVO

Mapear necessidades, promover orientação institucional e fortalecer a política de inclusão e acessibilidade no âmbito socioeducativo.



UNIDADES ENVOLVIDAS

COPAI, SEGOV, Unidades responsáveis pelos PIDs



META

1. Realizar visita em pelo menos 50% dos PIDs;
2. Verificar condições de acessibilidade física e digital;
3. Levantar dados sobre usuários PcD;
4. Elaborar relatório com recomendações.



RECURSOS ENVOLVIDAS

A definir

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Plano de Ação de Acessibilidade e Inclusão 2026 reafirma o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Acre com a consolidação de uma política institucional estruturada, permanente e alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça. As ações planejadas demonstram avanço na integração entre governança, adequações arquitetônicas, inclusão funcional, capacitação continuada e articulação social, evidenciando que a acessibilidade deve ser tratada como eixo transversal da gestão pública.

A atuação coordenada da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COPAI) e das unidades administrativas envolvidas fortalece a institucionalização das práticas inclusivas, promovendo planejamento, monitoramento e avaliação contínua das medidas implementadas. O conjunto das iniciativas previstas contribui para a eliminação progressiva de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, ampliando o acesso aos serviços judiciais e assegurando condições mais equitativas para servidores, magistrados e jurisdicionados.

Dessa forma, o TJAC avança na construção de um Judiciário mais democrático, humanizado e socialmente responsável, reafirmando que a inclusão não se limita a adaptações pontuais, mas representa compromisso permanente com a dignidade da pessoa humana, a igualdade de oportunidades e o efetivo acesso à Justiça para toda a sociedade acreana.